



DIÁRIO



República Federativa do Brasil
DO CONGRESSO NACIONAL

ANO XLVII — Nº 32

QUARTA-FEIRA, 12 DE AGOSTO DE 1992

BRASÍLIA — DF

CONGRESSO NACIONAL

(*) PROJETO DE LEI
Nº 17, DE 1992 (CN)

MENSAGEM Nº 57, DE 1992 - CN
(Nº 314/92, na origem)

EMENDAS

(*) Serão publicadas em Suplemento à presente edição.

EXPEDIENTE**CENTRO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL****MANOEL VILELA DE MAGALHÃES****Diretor-Geral do Senado Federal****AGACIEL DA SILVA MAIA****Diretor Executivo****CARLOS HOMERO VIEIRA NINA****Diretor Administrativo****LUIZ CARLOS BASTOS****Diretor Industrial****FLORIAN AUGUSTO COUTINHO MADRUGA****Diretor Adjunto****DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL****Impresso sob responsabilidade da Mesa do Senado Federal****ASSINATURAS**

Semestral Cr\$ 70.000,00

Tiragem 1.200 exemplares**SUMÁRIO****1 — ATA DA 29ª SESSÃO CONJUNTA, REALIZADA EM 11 DE AGOSTO DE 1992****1.1 — ABERTURA****1.2 — EXPEDIENTE****1.2.1 — Leitura de Mensagem Presidencial**

— Nº 69/92-CN, (nº 462/92, na origem), submetendo à deliberação do Congresso Nacional o Projeto de Lei nº 21, de 1992-CN, que autoriza o Poder Executivo a abrir aos Orçamentos da União créditos adicionais até o limite de Cr\$1.549.948.000,00, para os fins que especifica.

1.2.2 — Ofício do Sr. Presidente da Câmara dos Deputados

— Nº 1.260/92, de substituições de membros na Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

1.2.3 — Discursos do Expediente

DEPUTADOS EDUARDO JORGE E JOSÉ FORTUNATI — Realização em Brasília da IX Conferência Nacional de Saúde.

DEPUTADA MARIA LAURA — “Carta Aberta aos Parlamentares”, a ser entregue ao Presidente do Congresso Nacional pelo Movimento Democrático contra a Impunidade, integrado por partidos políticos e outras entidades civis.

1.2.4 — Parecer

— Proferido pelo Sr. Paes Landim sobre a admissibilidade da Medida Provisória nº 303/92, que cria a Secretaria de Projetos Especiais da Presidência da República e dá outras providências.

1.2.5 — Comunicação da Presidência

— Abertura de prazo para apresentação de recurso regimental quanto à admissibilidade da Medida Provisória nº 303/92.

1.3 — ENCERRAMENTO**2 — ATA DE COMISSÃO****Ata da 29ª Sessão Conjunta, em 11 de agosto de 1992****2ª Sessão Legislativa Ordinária, da 49ª Legislatura****Presidência do Sr. Mauro Benevides.****ÀS 11 HORAS, ACHAM-SE PRESENTES OS SRS. SENADORES:**

Alexandre Costa – Alfredo Campos – Almir Gabriel – Amazonino Mendes – Amir Iando – Beni Veras – Carlos Patrocínio – César Dias – Chagas Rodrigues – Coutinho Jorge – Dirceu Carneiro – Divaldo Suruagy – Eduardo Suplicy – Elcio Álvares – Esperidião Amin – Epitácio Cafeteira – Francisco Rollemberg – Garibaldi Alves – Gerson Camata – Guilherme Palmeira – Henrique Almeida – Hyde-

kel Freitas – Iram Saraiva – Jarbas Passarinho – João Calmon – João França – João Rocha – Jonas Pinheiro – Josaphat Marinho – José Fogaça – José Paulo Bisol – Júnia Marise – Jutahy Magalhães – Lavoisier Maia – Levy Dias – Louremberg Nunes Rocha – Lourival Baptista – Lucídio Portella – Marco Maciel – Maurício Corrêa – Mauro Benevides – Meira Filho – Moisés Abrão – Nabor Júnior – Nelson Carneiro – Ney Maranhão – Onofre Quinan – Rachid Saldanha Derzi – Raimundo Lira – Ronaldo Aragão – Ronan Tito – Ruy Bacelar – Valmir Campelo – Wilson Martins.

RORAIMA

AVENIR ROSA
JOAO FAGUNDES
JULIO CABRAL
RUBEN BENTO

PDC
PMDB
BLOCO
BLOCO

AMAPA

AROLDO GOES
GILVAM BORGES

PDT
PMDB

PARA'

CARLOS KAYATH
ELIEL RODRIGUES
GERSON PERES
HILARIO COIMBRA
PAULO ROCHA

PTB
PMDB
PDS
PTB
PT

AMAZONAS

ATILA LINS
BETH AZIZE
EULER RIBEIRO
EZIO FERREIRA
JOSE DUTRA

BLOCO
PDT
PMDB
BLOCO
PMDB

RONDONIA

CARLOS CAMURCA
RAQUEL CANDIDO
REDITARIO CASSOL

PTR
PTB
PTR

ACRE

RONIVON SANTIAGO
ZILA BEZERRA

BLOCO
PMDB

TOCANTINS

EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS
OSVALDO REIS
PAULO MOURAO

PDC
PTR
PDS

MARANHAO

DANIEL SILVA
FRANCISCO COELHO
JOSE CARLOS SABOIA
PEDRO NOVAIS
RICARDO MURAD

PDS
PDC
PSB
PDC
BLOCO

CEARA

AECIO DE BORBA
ANTONIO DOS SANTOS
ARIOSTO HOLANDA
CARLOS BENEVIDES
JACKSON PEREIRA
LUIZ GIRAO
MARIA LUIZA FONTENELE
MORONI TORGAN
UEIRATAN AGUIAR

PDS
BLOCO
PSB
PMDB
PSDB
PDT
PSB
PSDB
PMDB

PIAUÍ

B. SA
MUSSA DEMES
PAES LANDIM

PTR
BLOCO
BLOCO

RIO GRANDE DO NORTE

FLAVIO ROCHA
IBERE FERREIRA
LAIRE ROSADO
NEY LOPES

PL
BLOCO
PMDB
BLOCO

PARAIBA

EFRAIM MORAIS
FRANCISCO EVANGELISTA
IVAN BURITY
IVANDRO CUNHA LIMA
JOSE LUIZ CLEROT

BLOCO
PDT
BLOCO
PMDB
PMDB

PERNAMBUCO

GILSON MACHADO
INOCENCIO OLIVEIRA
JOSE CARLOS VASCONCELLOS
JOSE MENDONCA BEZERRA
LUIZ PIAUHYLINO
MIGUEL ARRAES
NILSON GIBSON
ROBERTO MAGALHAES
SALATIEL CARVALHO
WILSON CAMPOS

BLOCO
BLOCO
BLOCO
BLOCO
PSB
PSB
PMDB
BLOCO
PTR
PMDB

ALAGOAS

MENDONCA NETO
OLAVO CALHEIROS

PDT
PMDB

SERGIPE

BENEDITO DE FIGUEIREDO
CLEONANCIO FONSECA
JOSE TELES
MESSIAS GOIS

S/P
BLOCO
PDS
BLOCO

BAHIA

ALCIDES MODESTO
BENITO GAMA
CARLOS ALBUQUERQUE
CLOVIS ASSIS
FELIX MENDONCA
GEDDEL VIEIRA LIMA
JAIR AZI
JOAO ALMEIDA
JOAO ALVES
JOSE LOURENCO
LUIZ EDUARDO
LUIZ MOREIRA
NESTOR DUARTE
PRISCO VIANA
SERGIO GAUDENZI
TOURINHO DANTAS

PT
BLOCO
PDC
PDT
PTB
PMDB
PDC
PMDB
PDS
PDS
BLOCO
PTB
PMDB
PDS
PDT
BLOCO

MINAS GERAIS

ARMANDO COSTA
CELIO DE CASTRO
EDMAR MOREIRA
ELIAS MURAD
FELIPE NERI
FERNANDO DINIZ
HUMBERTO SOUTO
IBRAHIM ABI-ACKEL
JOSE ALDO
MARCOS LIMA
ODELMO LEAO
PAULO ROMANO
SANDRA STARLING
TILDEN SANTIAGO
VITTORIO MEDIOLI
ZAIRE REZENDE

PMDB
PSB
BLOCO
PSDB
PMDB
PMDB
BLOCO
PDS
PRS
PMDB
BLOCO
BLOCO
PT
PT
PSDB
PMDB

ESPIRITO SANTO

ETEVALDA GRASSI DE MENEZES
JORIO DE BARROS
NILTON BAIANO

PMDB
PMDB
PMDB

RIO DE JANEIRO

ALDIR CABRAL
CARLOS ALBERTO CAMPISTA
CARLOS LUPI
CARLOS SANTANA
FRANCISCO SILVA
JAIR BOLSONARO
JAMIL HADDAD
JANDIRA FEGHALI
JOSE EGYDIO
NELSON BORNIER
PAULO DE ALMEIDA
PAULO PORTUGAL
PAULO RAMOS
ROBERTO JEFFERSON
SERGIO CURY
SIMAO SESSIM
VLADIMIR PALMEIRA

PTB
PDT
PDT
PT
PST
PDC
PSB
PCdoB
BLOCO
PL
PTB
PDT
PDT
PTB
PDT
BLOCO
PT

SAO PAULO

ALBERTO GOLDMAN
ALDO REBELO
ALOIZIO MERCADANTE
ARNALDO FARIA DE SA
BETO MANSUR
DELFIN NETTO
EDUARDO JORGE
EUCLYDES MELLO
GASTONE RIGHI
GERALDO ALCKMIN FILHO
HEITOR FRANCO
HELIO BICUDO
JOSE DIRCEU
JOSE GENOINO
MARCELO BARBIERI
PEDRO PAVAO
RICARDO IZAR
ROBERTO ROLLEMBERG
TADASHI KURIKI
TUGA ANGERAMI
ULYSSES GUIMARAES
VALDEMAR COSTA

PMDB
PCdoB
PT
BLOCO
PDT
PDS
PT
BLOCO
PTB
PSDB
BLOCO
PT
PT
PT
PMDB
PDS
PL
PMDB
BLOCO
PSDB
PMDB
PL

MATO GROSSO

JOAQUIM SUCENA
JOSE AUGUSTO CURVO
WILMAR PERES

PTB
PL
PL

DISTRITO FEDERAL

BENEDITO DOMINGOS	PTR
CHICO VIGILANTE	PT
EURIDES BRITO	PTR
MARIA LAURA	PT

GOIAS

ANTONIO DE JESUS	PMDB
ANTONIO FALEIROS	PSDB
ROBERTO BALESTRA	PDC
RONALDO CALADO	BLOCO
VIRMONDES CRUVINEL	PMDB

MATO GROSSO DO SUL

GEORGE TAKIMOTO	BLOCO
WALDIR GUERRA	BLOCO

PARANA

ANTONIO BARBARA	BLOCO
BASILIO VILLANI	PDS
ELIO DALLA-VECCHIA	PDT
IVANIO GUERRA	BLOCO
JONI VARISCO	PMDB
JOSE FELINTO	PST
LUIZ CARLOS HAULY	PST
MATHEUS IENSEN	PTB
MUNHOZ DA ROCHA	PSDB
PAULO BERNARDO	PT
PEDRO TONELLI	PT
RENATO JOHNSON	BLOCO

SANTA CATARINA

CESAR SOUZA	BLOCO
DERCIO KNOP	PDT
ORLANDO PACHECO	BLOCO
RENATO VIANNA	PMDB
RUBERVAL PILOTTO	PDS
VASCO FURLAN	PDS

RIO GRANDE DO SUL

ADROALDO STRECK	PSDB
ALDO PINTO	PDT
AMAURY MULLER	PDT
ANTONIO BRITTO	PMDB
EDEN PEDROSO	PDT
GERMANO RIGOTTO	PMDB
IBSEN PINHEIRO	PMDB

IVO MAINARDI	PMDB
JOAO DE DEUS ANTUNES	PDS
JOSE FORTUNATI	PT
MENDES RIBEIRO	PMDB
NELSON JOBIM	PMDB
NELSON PROENCA	PMDB
ODACIR KLEIN	PMDB
RAUL PONT	PT
TELMO KIRST	PDS

O SR. PRESIDENTE(Mauro Benevides) — As listas de presença acusam o comparecimento de 54 Srs. Senadores e 188 Srs. Deputados. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — Sobre a mesa mensagem que será lida pelo Sr. Secretário.

É lida a seguinte mensagem:

MENSAGEM Nº 69, DE 1992-CN

(Nº 462/92, na origem)

Senhores membros do Congresso Nacional,
Nos termos do artigo 61 da Constituição Federal, submeto à elevada deliberação de Vossas Excelências, acompanhado de Exposição de Motivos do Senhor Ministro de Estado da Economia, Fazenda e Planejamento, o texto do projeto de lei que "autoriza o Poder Executivo a abrir aos Orçamentos da União créditos até o limite de Cr\$1.549.948.000,00, para os fins que especifica".

Brasília, 4 de agosto de 1992.

Fernando Collor.

Em nº 245/MEFP

Brasília, 31 de julho de 1992.

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,
A Justiça Eleitoral e a Justiça do Trabalho solicitam a abertura de créditos adicionais no valor de Cr\$1.549.948.000,00 (um bilhão, quinhentos e quarenta e nove milhões, novecentos e quarenta e oito mil cruzeiros), em favor de diversos Tribunais, mediante remanejamento de recursos.

2. Para que sejam viabilizadas as alterações propostas, torna-se necessário o encaminhamento de Projeto de Lei ao Congresso Nacional, visto que os pleitos ultrapassam o limite de 20% autorizado no inciso I do art. 6º, da Lei nº 8.409, de 28 de fevereiro de 1992.

3. A solicitação efetuada pela Justiça Eleitoral tem a seguinte destinação:

Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso

I — Crédito Suplementar no valor de Cr\$7.748.000,00 (sete milhões, setecentos e quarenta e oito mil cruzeiros) objetivando o pagamento de auxílio-funeral a inativos. Os recursos oferecidos como cancelamento eram destinados à compra de vale-refeição para servidores.

4. As solicitações efetuadas pela Justiça do Trabalho têm a seguinte destinação.

Tribunal Superior do Trabalho — TST

I — Crédito Suplementar no valor de Cr\$300.000.000,00 (trezentos milhões de cruzeiros) objetivando atender despesas

com reajustes dos preços dos serviços de impermeabilização das lajes de cobertura do Edifício Sede e Anexo do TST. Os recursos oferecidos como cancelamento eram destinados ao programa de assistência médica a servidores e seus dependentes.

Tribunal Regional do Trabalho da 18ª Região — Goiás

I — Crédito especial no valor de Cr\$1.242.200.000,00 (um bilhão, duzentos e quarenta e dois milhões e duzentos mil cruzeiros), por tratar-se da inclusão de Grupo de Despesa não constante do orçamento do referido Tribunal, destinado a obras de reforma e ampliação no imóvel recém-adquirido que abrirá a sede do Tribunal Regional do Trabalho da 18ª Região, em Goiânia. As obras se devem à necessidade de proporcionar melhores condições de trabalho e atendimento aos usuários da Justiça do Trabalho. A compensação oferecida é resultante do salto remanescente da aquisição do dito imóvel.

5. Este Ministério é favorável ao atendimento do crédito, reforçando que sua viabilização dar-se-á por remanejamento de dotações oferecidas pelos próprios Tribunais e constantes dos Orçamentos da União, conforme prevê o art. 43, § 1º, inciso III, da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, obedecidas as prescrições do art. 167, incisos V e VI, da Constituição.

6. Nessas condições, tenho a honra de submeter à apreciação de Vossa Excelência o anexo Projeto de Lei, que autoriza o Poder Executivo a abrir os referidos créditos adicionais.

Respeitosamente,

Marcílio Marques Moreira. — Ministro de Estado da Economia, Fazenda e Planejamento.

ANEXO À EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS DO MINISTÉRIO DA ECONOMIA, FAZENDA E PLANEJAMENTO Nº 245, DE 31-7-92

1. Síntese do problema ou da situação que reclama providências:

Pagamento de auxílio-funeral a inativos no TRE — MT; reformas urgentes no sistema de impermeabilização do Edifício-Sede do TST e seu anexo; reforma e ampliação no prédio destinado à sede do TRT da 18ª Região — Goiás.

2. Soluções e providências contidas no ato normativo ou na medida proposta:

Encaminhamento de Projeto de Lei ao Congresso Nacional, a fim de adequar a programação orçamentária às reais necessidades do Órgão.

3. Alternativas existentes às medidas ou atos propostos:

A alternativa proposta é única para a solução dos problemas apresentados.

4. Custos:

O atendimento do crédito em questão não implicará em acréscimo de despesas, pois ocorrerá somente remanejamento de recursos.

5. Razões que justificam a urgência:

6. Impacto sobre o meio ambiente:

Nada a registrar neste sentido.

7. Síntese do parecer do órgão jurídico:

MINISTÉRIO DA ECONOMIA, FAZENDA E PLANEJAMENTO

Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

PARECER

PGFN/PGA/nº 897/92

Anteprojeto de lei que autoriza o Poder Executivo a abrir aos Orçamentos da União, em favor da Justiça Eleitoral e da Justiça do Trabalho, créditos adicionais até o limite de Cr\$ 1.549.948.000,00.

O anteprojeto em epígrafe, por mim visado, foi examinado e revisto por esta Procuradoria-Geral, sob os aspectos de constitucionalidade e técnica legislativa.

2. Assim sendo, o anteprojeto em tela está em condições de ser submetido à superior apreciação do Excelentíssimo Senhor Presidente da República.

Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, em 30 de julho de 1992.

Wagner Pires de Oliveira, — Procurador-Geral Adjunto

CREDITO SUPLEMENTAR

PAPELETA DE CONTROLE DE CRÉDITOS				
EX. 92	NRO(S) DE CONT. 002625	TIPO CRED 120	NRO(S) DO(S) PROCESSO(S) 10177.000327/92-81	ÓRGÃO(S) BENEFICIÁRIO(S) JUSTIÇA ELEITORAL JUSTIÇA DO TRABALHO
EMENTA Aprovação				
JUSTIFICATIVA: Aprovação				
AMPARO LEGAL: Aprovação				

SUPLEMENTAÇÃO/ACRESCIMO										CR\$ 1 000,00
FTE	ESF	PESSOAL ENC. SOC	ENC. DIV. INT.	ENC. DIV. EXT.	OUT. DESP. CORR.	AMORT. DIV. INT.	AMORT. DIV. EXT.	OUT. DESP. CAP.	TOTAL	
100	FIS SEG	7.748			300.000				300.000 7.748	
	FIS SEG TOTAL	7.748 7.748			300.000 300.000				300.000 7.748 307.748	

CANCELAMENTO/REDUÇÃO										CR\$ 1 000,00
FTE	ESF	PESSOAL ENC. SOC	ENC. DIV. INT.	ENC. DIV. EXT.	OUT. DESP. CORR.	AMORT. DIV. INT.	AMORT. DIV. EXT.	OUT. DESP. CAP.	TOTAL	
	FIS SEG				7.748 300.000				7.748 300.000	
	FIS SEG TOTAL				7.748 300.000 307.748				7.748 300.000 307.748	

CANCELAMENTOS INDICADOS:

DO PRÓPRIO ORÇÃO

ATOS LEGAIS (NÚMERO E DATA):

() MENSAGEM N. _____ DE ____/____/____

() LEI N. _____ DE ____/____/____

() DECRETO N. _____ DE ____/____/____

() PORTARIA N. _____ DE ____/____/____

ASSINATURA DO COORDENADOR-GERAL: _____

DATA IMPRESSA: 09/07/92

PROJETO DE LEI Nº 21, DE 1992-CN

Autoriza o Poder Executivo a abrir aos Orçamentos da União créditos adicionais até o limite de Cr\$1.549.948.000,00, para os fins que especifica.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a abrir aos Orçamentos da União (Lei nº 8.409, de 28 de fevereiro de 1992), em favor da Justiça Eleitoral e da Justiça do Trabalho, crédito suplementar no valor de Cr\$ 307.748.000,00 (trezentos e sete milhões, setecentos e quarenta e oito mil cruzeiros), para atender à programação constante ao Anexo I desta Lei.

Parágrafo único. Os recursos necessários à execução do disposto no artigo anterior decorrerão do cancelamento das

dotações indicadas no Anexo II desta Lei, nos montantes especificados.

Art. 2º Fica o Poder Executivo autorizado a abrir ao Orçamento Fiscal da União (Lei nº 8.409, de 28 de fevereiro de 1992), em favor da Justiça do Trabalho, crédito especial até o limite de Cr\$ 1.242.200.000,00 (um bilhão, duzentos e quarenta e dois milhões e duzentos mil cruzeiros), para atender à programação constante do Anexo III desta Lei.

Parágrafo único. Os recursos necessários à execução do disposto no artigo anterior decorrerão do cancelamento da dotação indicada no Anexo IV desta Lei, no montante especificado.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.
Brasília,

14000 - JUSTIÇA ELEITORAL
14111 - TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE MATO GROSSO

CDS 1.000.00

ANEXO I
CREDITO SUPLEMENTAR

RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

ESPECIFICAÇÃO	ESFERA	TOTAL	PESSOAL E ENC. SOCIAIS	JUROS E ENC. DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. CORRENTES	INVESTIMENTOS	INVERSÕES FINANCEIRAS	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. DE CAPITAL
ASSISTÊNCIA E PREVIDÊNCIA		7.748	7.748						
PROTEÇÃO AO TRABALHADOR		7.748	7.748						
ASSISTÊNCIA SOCIAL GERAL		7.748	7.748						
18.078.0480.4033		7.748	7.748						
PRESTAÇÃO DE BENEFÍCIOS AO SERVIDOR PÚBLICO									
PROPORCIONAR AOS SERVIDORES PÚBLICOS									
RECUPERAÇÃO DOS AUXÍLIOS REFERENTES AO									
ALTO RENDIMENTO E ACESSIBILIDADE									
PRESTAR EM REGIME DE COTAGEM PARA SEUS FILHOS,									
ALÉM DE OUTROS BENEFÍCIOS SOCIAIS - ESTABELECIDOS									
EM LEGISLAÇÃO PRÓPRIA.									
18.078.0480.4089.0001	SEGURIDADE	7.748	7.748						
AUXÍLIOS AO SERVIDOR PÚBLICO									
TOTAL SEGURIDADE		7.748	7.748						

15000 - JUSTIÇA DO TRABALHO
15101 - TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO

CDS 1.000.00

ANEXO I
CREDITO SUPLEMENTAR

RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

ESPECIFICAÇÃO	ESFERA	TOTAL	PESSOAL E ENC. SOCIAIS	JUROS E ENC. DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. CORRENTES	INVESTIMENTOS	INVERSÕES FINANCEIRAS	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. DE CAPITAL
ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO		300.000			300.000				
ADMINISTRAÇÃO		300.000			300.000				
EDIFICAÇÕES PÚBLICAS		300.000			300.000				
63.607.0025.2022		300.000			300.000				
REPAROS E CONSERVAÇÃO DE IMÓVEIS									
CONSERVAR E PRESERVAR OS BENS IMÓVEIS									
63.607.0025.2022.0007	PISCAL	300.000			300.000				
CONSERVAÇÃO E REPAROS DE IMÓVEIS DA JUSTIÇA DO TRABALHO									
TOTAL PISCAL		300.000			300.000				

14000 - JUSTIÇA ELEITORAL
14111 - TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE MATO GROSSO

ANEXO II

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

ESPECIFICAÇÃO	ESFERA	TOTAL	PESSOAL E ENC. SOCIAIS	JURIS E ENC. DA DIVIDA	OUTRAS DESP. CORRENTES	INVESTIMENTOS	INVERSÕES FINANCEIRAS	AMORTIZAÇÃO DA DIVIDA	OUTRAS DESP. DE CAPITAL
ASSISTENCIA E PREVIDENCIA PROTEÇÃO AO TRABALHADOR ASSISTENCIA SOCIAL GERAL		7.748			7.748				
18.078.0428.4089 PRESTAÇÃO DE BENEFÍCIOS AO SERVIDOR PÚBLICO		7.748			7.748				
PROPOSIÇÃO DOS SERVIDORES PÚBLICOS À RECEBIMENTO DOS AUXÍLIOS REPRESENTES AO PREVIDENCIÁRIO E A OUTROS BENEFÍCIOS, ALÉM DE OUTROS BENEFÍCIOS SOCIAIS ESTABELECIDOS EM LEGISLAÇÃO PRÓPRIA.		7.748			7.748				
19.078.0428.4089.0002 AUXÍLIO-REPERIÇÃO	FISCAL	7.748			7.748				
TOTAL FISCAL		7.748			7.748				

15000 - JUSTIÇA DO TRABALHO
15101 - TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO

ANEXO II

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

ESPECIFICAÇÃO	ESFERA	TOTAL	PESSOAL E ENC. SOCIAIS	JURIS E ENC. DA DIVIDA	OUTRAS DESP. CORRENTES	INVESTIMENTOS	INVERSÕES FINANCEIRAS	AMORTIZAÇÃO DA DIVIDA	OUTRAS DESP. DE CAPITAL
SAÚDE E BEM-ESTAR SAÚDE ASSISTENCIA MEDICA E SANITARIA		300.000			300.000				
13.078.0428.2004 ASSISTENCIA MEDICA E ODONTOLÓGICA A SERVIDORES		300.000			300.000				
ASSISTENCIA A SAÚDE FÍSICA E MENTAL DOS SERVIDORES E SEUS DEPENDENTES, EM CARÁTER COMPLEMENTAR		300.000			300.000				
13.078.0428.2004.0002 ASSISTENCIA MEDICA-HOSPITALAR A SERVIDORES E SEUS DEPENDENTES	SEGURO SAÚDE	300.000			300.000				
TOTAL ORÇAMENTAL		300.000			300.000				

15000 - JUSTIÇA DO TRABALHO 15119 - TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 18A. REGIÃO							R\$ 1.000,00	
ANEXO III							CREDITO ESPECIAL	
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)							RECURSOS EM TODAS AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS	
ESPECIFICAÇÃO	ESPERA	TOTAL	PESSOAL E ENC. SOCIAIS	JUROS E ENC. DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. CORRENTES	INVESTIMENTOS	INSCRIÇÕES FINANCEIRAS	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA
ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO		1.242.200				1.242.200		
ADMINISTRAÇÃO		1.242.200				1.242.200		
EDIFICAÇÕES PÚBLICAS		1.242.200				1.242.200		
03.007.0025.1001.0022		1.242.200				1.242.200		
REPAROS E CONSERVAÇÃO DE IMOVEIS								
CONSERVAR E PRESERVAR OS BENS IMOVEIS.								
03.007.0025.1002.0027	FISCAL	1.242.200				1.242.200		
CONSTITUIÇÃO E REPAROS DE IMOVEIS DA JUSTIÇA DO TRABALHO								
TOTAL FISCAL		1.242.200				1.242.200		

15000 - JUSTIÇA DO TRABALHO 15119 - TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 18A. REGIÃO							R\$ 1.000,00	
ANEXO IV							CREDITO ESPECIAL	
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)							RECURSOS EM TODAS AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS	
ESPECIFICAÇÃO	ESPERA	TOTAL	PESSOAL E ENC. SOCIAIS	JUROS E ENC. DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. CORRENTES	INVESTIMENTOS	INSCRIÇÕES FINANCEIRAS	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA
ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO		1.242.200					1.242.200	
ADMINISTRAÇÃO		1.242.200					1.242.200	
EDIFICAÇÕES PÚBLICAS		1.242.200					1.242.200	
03.007.0025.1001		1.242.200					1.242.200	
AQUISIÇÃO DE IMOVEIS								
DOTAR O ORÇÃO DO ESPAÇO FÍSICO NECESSÁRIO AO SEU FUNCIONAMENTO.								
03.007.0025.1001.0024	FISCAL	1.242.200					1.242.200	
AQUISIÇÃO DO EDIFÍCIO SEDE DO TRT DA 18A. REGIÃO								
TOTAL FISCAL		1.242.200					1.242.200	

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 8.409, DE 28 DE FEVEREIRO DE 1992

Estima a Receita e fixa a Despesa da União para o exercício financeiro de 1992.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — A Mensagem que acaba de ser lida encaminha o Projeto de Lei nº 21, de 1992-CN, que trata de abertura de crédito.

Nos termos da Resolução nº 1, de 1991-CN, o referido projeto será remetido à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, sendo o seguinte o calendário para sua tramitação.

Dia 17-8 — Distribuição de avulsos;

Dia 25-8 — Prazo para apresentação de emendas;

Dia 31-8 — Distribuição do avulso das emendas;

Até 9-9 — Prazo para encaminhamento do parecer à Mesa do Congresso Nacional.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — Sobre a mesa, ofício que será lido pelo Sr. Secretário.

É lido o seguinte:

SGM/P nº 1260

Brasília, 7 de agosto de 1992.

Senhor Presidente,

Tenho a honra de comunicar a Vossa Excelência, em atenção aos Ofícios nºs 379 e 383/92, da Liderança do PMDB, a indicação dos Deputados Luiz Soyer e Ivandro Cunha Lima, para integrarem, como titulares, a Comissão Mista de Planos, Orçamento Públicos e Fiscalização, em substituição aos Deputados Alano de Freitas e Edivaldo Mota, respectivamente.

Colho o ensejo para renovar a Vossa Excelência protestos de apreço. — **Ibsen Pinheiro**, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — As substituições solicitadas serão feitas.

Concedo a palavra ao nobre Deputado Eduardo Jorge, no período de Breves Comunicações.

O SR. EDUARDO JORGE (PT — SP. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente Srs. Parlamentares, desde domingo à noite, até sexta-feira desta semana, realiza-se em Brasília a IX Conferência Nacional de Saúde, que reúne cerca de 3 mil delegados eleitos em conferências municipais e estaduais em todo o Brasil. É uma instância oficial e democrática do Sistema Único de Saúde no Brasil, coordenado em conjunto com o Ministério da Saúde, com o Conselho Nacional de Secretários Estaduais e Municipais de Saúde e com uma série de entidades profissionais que militam na área da saúde no País. Na Conferência, está-se discutindo basicamente a aplicação das leis que votamos no Congresso Nacional em 1988, durante a Assembléia Nacional Constituinte, a reformulação prevista nos artigos referentes aos capítulos da saúde, bem como o Sistema Único de Saúde aprovado em 1990. Infelizmente, grande parte do que está previsto na Constituição e na lei do Sistema Único de Saúde, aprovada em 1990 — trabalho feito com esforço, depois de muito diálogo entre todos os partidos, da Oposição e do Governo, levando-se em consideração também várias orientações ideológicas — continua no papel. Por acompanhar de perto essa questão, e de acordo com a avaliação feita na IX Conferência Nacional de Saúde, constato que o fato de esses dispositivos constitu-

cionais estarem no papel em grande parte se deve, em primeiro lugar, à falta de recursos. A política econômica que vem sendo desenvolvida pelo Governo, com a recessão, com o violento corte dos gastos públicos incidindo fortemente na área de saúde, tem inviabilizado qualquer aprimoramento da política de saúde, inclusive com a reversão, em várias áreas, principalmente de endemias no Norte e no Nordeste, a estágios de décadas anteriores.

A segunda constatação é de que essas leis, feitas com grande esforço pela Assembléia Nacional Constituinte no Congresso Nacional, estão ainda no papel por falta de vontade política, tanto do Governo Federal — que ficou imobilizado, sem decidir sobre a aplicação do que o Congresso forneceu de estrutura jurídica para a constituição dos Sistemas Únicos de Saúde — como também de uma série de Governos Estaduais, que, visualizando, como foi falado na Constituição, que o caminho dos SUS é a descentralização em direção aos Municípios, têm adotado uma postura omissa. Alguns Estados inclusive — já foi muito citado o exemplo de Minas Gerais — têm praticamente zerado o orçamento estadual na área da saúde, sobrecarregando os Municípios, que são obrigados, por pressão popular, por cobrança dos usuários, do cidadão, do município, a assumir, sozinho, os encargos dessa área.

O Governo Federal, atingido por uma política deliberadamente recessiva de corte dos gastos públicos, e os Governos Estaduais, com sua omissão, deixam uma sobrecarga muito grande ao orçamento municipal.

Esses dois problemas são os mais importantes e deveriam ser enfrentados na Conferência Nacional de Saúde, para que sejam tiradas do papel as leis já existentes. As diretrizes para isso são a descentralização, tendo como principal ponto a municipalização, e a democratização, com a participação de todos os setores — dos usuários, dos produtores civis, dos trabalhadores de saúde — para tornar eficazes as leis que o Congresso produziu. Esse evento é da maior importância. O último desse tipo foi a VIII Conferência Nacional de Saúde, antes da realização da Assembléia Nacional Constituinte, e que teve grande influência nas discussões que nela se travaram em 1987/1988. A IX Conferência Nacional de Saúde é inclusive mais representativa do que o foi a anterior, porque, realizada de acordo com a nova orientação da Constituição de 1988, dentro de um processo muito mais democrático e descentralizado, dá mais condições às entidades lá na periferia, na ponta, de participarem. A composição é muito ampla, e espero que essa Conferência traga, ao final, subsídios importantes para que os Governos Municipais, Estaduais e Federal sejam cobrados na sua responsabilidade de cumprir a lei que elaboramos aqui no Congresso Nacional. Se for possível e necessário algum aperfeiçoamento legal, que isso também seja sugerido ao Congresso, a partir dessa discussão ampla, de âmbito nacional, que se vem travando aqui em Brasília.

Não poderia deixar de registrar, Sr. Presidente e Sr. Deputado Inocêncio Oliveira, um fato importante, porque hoje é comum no Brasil o povo se juntar. Na abertura da Conferência o Presidente Collor de Mello foi violentamente cobrado. Um coro imenso, que praticamente tomou conta de todo o plenário, exigiu que as apurações da CPI sejam levadas às últimas consequências e que o Congresso não concilie com nenhum tipo de impunidade.

Esta é a face do cidadão brasileiro, que, com essa manifestação, procura expressar um desejo que é comum. Hoje, onde se junta povo neste Brasil, o grito “fora Collor” é um consenso.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — Concedo a palavra ao nobre Deputado José Fortunati.

O SR. JOSÉ FORTUNATI (PT — RS. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Deputados, não resta dúvida de que a IX Conferência Nacional de Saúde é um grande acontecimento nacional. Em primeiro lugar, pelas razões já expostas pelo nobre Líder Eduardo Jorge. Em segundo lugar, pela forte representatividade que aquele evento traz. Estão presentes profissionais da área da saúde de todos os níveis, usuários, a sociedade civil organizada, de forma muito madura, muito pensada, o que respalda fortemente os anseios do povo brasileiro.

Dentro da lógica em que vive hoje o Brasil, não poderia deixar de ressaltar que, basicamente ontem, primeiro dia da IX Conferência Nacional de Saúde, a grande questão que transpareceu para todos os delegados e observadores presentes foi a de que, se efetivamente parte dos recursos da União não tivessem sido desviados pela quadrilha de PC Farias, assim como outros recursos a nível de Estados e de Municípios, certamente o setor da saúde estaria hoje melhor coberto. Teríamos um tratamento muito mais adequado, e o Sistema Único de Saúde estaria melhor implementado. O que se observa é que a CPI que investiga as falcaturas, as “maracutaías”, a formação de quadrilha de PC Farias traduz hoje uma reflexão extremamente importante que cada brasileiro tem que fazer: a responsabilização desses senhores com referência à grave crise que se abate sobre o País, principalmente sobre o setor de saúde. É impossível avaliarmos o mal causado por PC Farias, por Fernando Collor de Mello, sem olharmos claramente a situação em que se encontram milhões de brasileiros. Não basta simplesmente se clamar aqui por mais recursos para a saúde, para que sejam aplicadas em hospitais, que são extremamente importantes; é necessário que busquemos uma reflexão sobre a saúde preventiva, sobre a alimentação do nosso povo, sobre as condições de saneamento, de infra-estrutura, sobre as condições básicas de sobrevivência de cada cidadão, que, hoje, infelizmente, passa por um grau de desnutrição muito grande e está mais vulnerável às doenças. Entendemos que a IX Conferência Nacional de Saúde, a exemplo do que já ocorreu com a VIII Conferência Nacional de Saúde em 1986, representa, sim, um grito do cidadão brasileiro por um Brasil novo, um Brasil que começa a dar respaldo às questões emergentes, não somente na área da saúde, mas na da educação e naquelas outras áreas que afetam concretamente o cotidiano do nosso povo.

Não temos dúvida de que o clamor já expressado pelo nosso Líder, Deputado Eduardo Jorge, e pela totalidade dos participantes da IX Conferência Nacional de Saúde — “fora Collor” — encontra respaldo hoje na vontade imensa do nosso povo de iniciar um novo País, com uma nova ética na política, com uma nova moral, resgatando os valores das instituições, fazendo com que elas funcionem a plena carga, fazendo com que o Brasil volte a funcionar.

Por isso, Sr. Presidente, não resta dúvida de que a CPI PC Farias não pode ser vista enquanto disputa entre o Poder Legislativo e o Poder Executivo, mas tem que ser vista, sim, enquanto momento sublime, importante, um momento privilegiado de resgate da cidadania, de resgate das instituições, no sentido de fazer com que o Brasil reinicie uma nova fase.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — A Presidência concede a palavra ao nobre Senador Francisco Rollemberg.

O SR. FRANCISCO ROLLEMBERG (PFL — SE. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, desisto da minha inscrição.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Basílio Villani.

O SR. BASÍLIO VILLANI (PDS — PR. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, desisto da minha inscrição.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — Concedo a palavra à nobre Deputada Maria Laura.

A SRA. MARIA LAURA (PT — DF. Sem revisão da oradora.) — Sr. Presidente, Srs. Deputados e Srs. Senadores, não desisti da minha inscrição porque gostaria de registrar, no plenário do Congresso Nacional, o fato que deverá ocorrer hoje à tarde nesta Casa: a entrega da carta aos Parlamentares.

O movimento democrático contra a impunidade, fórum integrado pelos diretórios regionais no Distrito Federal do PMDB, do PT, do PC do B, do PDT, do PSDB, do PPS, do PC, do PSB, pela Central Única dos Trabalhadores — CGT, UNE, UBES e pelo Sindicato Nacional dos Docentes — ANDES — além de uma dezena de entidades sindicais da sociedade civil, virá a esta Casa hoje. Por isso, convidaram o Presidente do Congresso Nacional, Senador Mauro Benevides, e o Presidente da Câmara dos Deputados, Deputado Ibsen Pinheiro, para receberem hoje, às 16 horas, simbolicamente, em nome do Congresso Nacional, a Carta Aberta aos Parlamentares, no Salão Negro do Congresso Nacional.

Registro esse acontecimento porque, na realidade, tenho certeza de que o grau de expectativa que a grande maioria da população brasileira tem no sentido de que esta Casa cumpra efetivamente o papel que dela se espera é muito grande, ou seja, que a CPI apure a verdade até o fim, que esta Casa dê prosseguimento às ações daí decorrentes. Para nós, sem dúvida, a votação do **impeachment** será essa conclusão, na medida em que as evidências estão aí; e não devemos ter medo de enfrentar a verdade. Se assim agirmos, contaremos com o apoio dos diversos setores da sociedade às iniciativas e às ações políticas desta Casa que visam resgatar a moralidade e a dignidade. Creio ser esse o anseio da maioria do nosso povo.

Era o registro que gostaria de fazer nesta sessão.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — Encerrado o período de Breves Comunicações.

Srs. Congressistas, esgotou-se o prazo para a Comissão Mista apresentar o parecer sobre a admissibilidade da Medida Provisória nº 303, de 4 de agosto de 1992.

Nos termos do art. 8º da Resolução nº 1, designo o Deputado Paes Landim para proferir parecer.

O SR. PAES LANDIM (Bloco — PI. Para proferir parecer.) — Sr. Presidente do Congresso Nacional, Srs. Parlamentares, trata o presente da Mensagem, nº 432/92, do Sr. Presidente da República, submetendo à deliberação do Congresso Nacional, nos termos do art. 62 da Constituição Federal, a Medida Provisória nº 303, de 1992, que cria a Secretaria de Projetos Especiais da Presidência da República e dá outras providências.

Como V. Exª sabem, Sr. Presidente, Srs. Congressistas, a iniciativa de leis que visem à criação e reestruturação de órgãos públicos, bem como à criação de cargos, é da competência privativa do Presidente da República. Por essa razão,

do ponto de vista constitucional, nada há a discutir a respeito da admissibilidade e da relevância da questão, também preponderante, uma vez que se trata de ordenar o órgão especial que vai tratar da administração e instalação dos chamados CIAC — Centro Integrado de Apoio à Criança, cuidando sobretudo do projeto “Minha Gente” e do Ministério da Criança.

Diante do exposto, estando o mérito ainda para ser discutido pela Comissão Mista que está examinando a presente medida provisória, e tratando no momento, tão-somente, da preliminar da sua admissibilidade, que se enquadra nos termos constitucionais, opino favoravelmente à medida, do ponto de vista da admissibilidade, reservando-me para opinar sobre o mérito quando da sua apreciação pela Comissão Mista pertinente.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — O parecer conclui pela admissibilidade da medida provisória.

Nos termos do disposto no inciso I do art. 1º da Resolução nº 1, a Presidência abre o prazo de 24 horas para a apresentação do recurso ali previsto.

Concedo a palavra ao nobre Líder Eduardo Jorge.

O SR. EDUARDO JORGE (PT — SP. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, lido o parecer pela admissibilidade, teria que ser apreciado pelo Plenário?

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — Na sessão de hoje não. Ele foi lido apenas para conhecimento da Casa. Certamente as Lideranças se movimentarão, no sentido de apresentar a posição de suas bancadas. Algumas se manifestarão a favor, enquanto outras poderão insurgir-se contra a admissibilidade.

Todas as lideranças e bancadas serão previamente notificadas da data da votação — que não será efetivada hoje — para que cheguem a este plenário já absolutamente certas de que ocorrerá a votação.

O SR. EDUARDO JORGE — Sr. Presidente, manifesto-me no momento apenas para firmar uma posição inicial. Inclusive eu já a havia adiantado, em parecer da nossa assessoria sobre a matéria. Ouvi o parecer pela admissibilidade do nobre Deputado Paes Landim, do PFL. Entretanto, não ouvi S. Exª se referir a um fato muito importante, qual seja o de que a criação de cargos deveria estar prevista na LDO, e esta não a previu. A medida provisória fere claramente esse dispositivo. Não vi nenhuma apreciação em relação a esse aspecto.

Quanto à relevância, é uma avaliação bastante política. A Oposição poderá ter uma avaliação, enquanto o Governo poderá ter outra. Vamos, então, medir forças, para ver quem tem mais argumentos para mostrar, se a matéria é realmente urgente e relevante. Repito: no parecer do Deputado Paes Landim, não vi referência à exigência da LDO. Gostaria de frisar esse ponto, até para colaborar com o Deputado Paes Landim em seu parecer, porque isso será discutido. A Medida Provisória nº 303 não atende, do nosso ponto de vista, essas obrigações na LDO para a criação de cargos.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — A Presidência vai fazer chegar ao nobre Líder Eduardo Jorge cópia do parecer e determinará a distribuição do mesmo a todos os Srs. Deputados e Senadores. Agora, numa deferência ao Líder do PT, que faz suas considerações iniciais, que certamente serão reenfatizadas durante a discussão da matéria,

a Presidência fará chegar às mãos do Deputado Eduardo Jorge cópia do parecer do Deputado Paes Landim.

Quanto à sessão de apreciação da admissibilidade, será divulgada amplamente, para que Senadores e Deputados cheguem a este plenário absolutamente certos de que, na data apazada, haverá efetivamente a votação do parecer sobre a admissibilidade dessa matéria.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — Nada mais havendo a tratar, atendidos os objetivos da sessão, está a mesma encerrada.

(Levanta-se a sessão às 11 horas e 38 minutos.)

ATA DE COMISSÃO

COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA DE INQUÉRITO

Criada através do requerimento nº 493, de 1991-CN, destinada a “investigar as causas e as dimensões do atraso tecnológico nos processos produtivos da indústria brasileira bem como nos processos de pesquisa e instituições de ensino e pesquisa do Brasil”.

27ª Reunião, realizada em 1º de outubro de 1991

Ao primeiro dia do mês de outubro do ano de mil novecentos e noventa e um, às quatorze horas, na Sala 2 da Ala Senador Nilo Coelho, presentes os Senhores Senadores João Calmon, Francisco Rollemberg, Deputados Ariosto Holanda, César Bandeira, Magalhães Teixeira, Diogo Nomura e a Senhora Deputada Irma Passoni (Relatora), reúne-se a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, destinada a “investigar as causas e as dimensões do atraso tecnológico nos processos produtivos da indústria brasileira bem como nos processos de pesquisa e instituições de ensino e pesquisa do Brasil”. Havendo número regimental, assume a Presidência o Senhor Deputado César Bandeira, declara abertos os trabalhos da Comissão e solicita seja dispensada a leitura da Ata da reunião anterior que, logo após, foi considerada aprovada. Comunica, ainda, que a reunião de hoje tem como tema a Realização de Estratégias Nacionais em Ciência e Tecnologia. Com a palavra a Senhora Relatora requer que seja solicitado ao Ministério da Economia, na pessoa do Embaixador José Arthur de Medeiros, Diretor de Assuntos Internacionais do Ministério da Economia, um estudo sobre o atraso tecnológico do País, elaborado pelo Banco Mundial. A seguir, assume a Presidência o Senhor Senador Francisco Rollemberg e submete a votação o referido requerimento. Em votação, é aprovado por unanimidade. Logo após, anuncia a presença do Jiro Maruhashi, Adido Cultural e de Imprensa da Embaixada do Japão convidando-o a tomar assento à mesa e fazer sua explanação. Concluída a fase de seu depoimento, passa-se à fase interplatória onde usam da palavra pela ordem de inscrição os Senhores Deputados Ariosto Holanda, Diogo Nomura e Irma Passoni. Com a palavra o Senhor Presidente agradece a presença dos Senhores Dr. Maruhashi e Dr. Takeu Irata. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião e, para constar, eu, José Augusto Panisset Santana, Assistente da Comissão, lavrei a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e irá à publicação juntamente com o apanhamento taquigráfico.

ANEXO À ATA DA 27ª REUNIÃO DA COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA DE INQUÉRITO, CRIADA ATRAVÉS DO REQUERIMENTO Nº 493, DE 1991-CN, DESTINADA A INVESTIGAR AS CAUSAS E AS DIMENSÕES DO ATRASO TECNOLÓGICO NOS PROCESSOS PRODUTIVOS DA INDÚSTRIA BRASILEIRA BEM COMO NOS PROCESSOS DE PESQUISA E INSTITUIÇÕES DE ENSINO E PESQUISA DO BRASIL, DESTINADA A OUVIR O DEPOIMENTO DO SENHOR DR. JIRO MARUHASHI, ADIDO CULTURAL E DE IMPRENSA DA EMBAIXADA DO JAPÃO, QUE SE PUBLICA COM A DEVIDA AUTORIZAÇÃO DO SENHOR PRESIDENTE DA COMISSÃO.

Presidente: Senador Mário Covas

Relatora: Deputada Irma Passoni

(Íntegra do apanhamento taquigráfico da reunião.)

O SR. PRESIDENTE (Cesar Bandeira) — Está aberta a reunião da Comissão Mista de Inquérito destinada a investigar as causas e dimensões do atraso tecnológico nos processos produtivos da indústria brasileira, bem como os processos de pesquisa em instituições de pesquisa e ensino no Brasil.

O tema de hoje é a Realização de Estratégias Nacionais em Ciência e Tecnologia. O expositor é o Dr. Jiro Maruhaski, adido cultural e de imprensa da Embaixada do Japão, que convidamos a fazer parte da Mesa.

A SRA. RELATORA (Irma Passoni) — Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Cesar Bandeira) — Com a palavra a nobre Deputada Relatora.

A SRA. RELATORA (Irma Passoni) — Solicito seja submetido ao Plenário um requerimento para que o Presidente solicite um estudo sobre o atraso tecnológico do País, elaborado pelo Banco Mundial, cujo coordenador foi o Dr. Cláudio Trista. Hoje está sob controle e coordenação do Embaixador José Arthur de Medeiros, Diretor de Assuntos Internacionais do Ministério da Economia. Considero, se o Governo tem um relatório e, a partir dele toma medidas na área científico-tecnológica, seja necessário que esta Comissão obtenha cópias deste relatório, para que possamos estudar as conclusões, a maneira como foi feita a análise e como está sendo feito o encaminhamento.

Solicito que seja submetido ao Plenário este meu pedido de requerimento do documento.

O SR. PRESIDENTE (Francisco Rollemberg) — O documento é acatado pela Presidência e submetido à apreciação do Plenário.

Os Srs. Parlamentares que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado por unanimidade.

Concedo a palavra ao Sr. Jiro Maruhaski.

O SR. JIRO MARUHASKI — Sr. Presidente, é para mim uma grande honra e satisfação estar nesta Comissão para falar sobre o meu País através do tema “Estratégias Nacionais em Ciência e Tecnologia do Japão.”

Antes de iniciar minha exposição, gostaria de mencionar o ditado que diz que quando se faz uma palestra, os americanos começam com uma piada e os japoneses com uma desculpa.

Seguindo esse ditado, permitam-me apresentar uma desculpa. Talvez eu não seja a primeira pessoa a falar sobre esse tema, não sou especialista no campo. Provavelmente minha explanação não vai satisfazer plenamente as necessidades de V. Ex^{as}. No entanto, farei o possível para que esta sessão seja proveitosa.

Estou acompanhado de um colega da Embaixada, o Secretário Hirata. Ele trabalhou no setor econômico. Agora ele trabalha como diplomata no Ministerio da Indústria e Comércio Internacional, que é o famoso MITI. Provavelmente, ele poderá ajudar. Vou distribuir a V. Ex^{as} um resumo da minha explanação de hoje. Vou distribuir também, um livrinho chamado “Desenvolvimento Econômico do Japão Moderno”. Embora esse tema não esteja diretamente ligado com a ciência, os dois fatores são interligados. Creio que esse livro será útil para que V. Ex^{as} compreendam melhor a situação japonesa.

Vou falar, em primeiro lugar, sobre o trajeto histórico. O início da modernização do Japão remonta ao período da Restauração Meiji no século XIX, precisamente em 1868, que restabeleceu o rebime de monarquia constitucional, após a época feudal dominada pelo xogunato. O xogunato é o governo de Xógum, chefe guerreiro no período Yedo, que tinha adotado uma política de isolamento durante mais de 200 anos. Por que o governo xogunato adotou essa política de isolamento? Porque o Japão teve, pela primeira vez, contato com países ocidentais principalmente os europeus, nos meados do século XVI. Primeiro com os portugueses e, depois, com os espanhóis. Os espanhóis e os portugueses procuraram, além de iniciar contatos comerciais com o Japão, difundir o catolicismo. O governo xogunato, como na época feudal, temia que essa religião fosse difundida no Japão, porque a filosofia do cristianismo não combinava com o feudalismo. Portanto, o governo do xogunato limitou seu contato com o estrangeiro, apenas à China, que não era país cristão e aos holandeses, os Países Baixos. A Holanda, embora fosse protestante, não procurou difundir o cristianismo no Japão; procurou somente ter relacionamento econômico. Portanto, os japoneses só mantiveram contato com a China e Holanda.

De fato, essa política do isolamento atrasou bastante, em relação ao mundo ocidental, o campo da ciência e tecnologia. Durante esses dois séculos, o Japão simplesmente se mantinha como um país agrícola e a maioria do povo se mantinha num nível de subsistência. O Governo Meiji promoveu um tipo de revolução. Ordenou estudos e adoção da moderna civilização ocidental através de intercâmbio de pessoal com a Europa e os Estados Unidos.

O Japão introduziu, da França, o sistema judiciário; da Alemanha, a medicina e a cirurgia; dos Estados Unidos, a tecnologia da agricultura; da Inglaterra, a tecnologia ferroviária, etc. Essa busca da tecnologia do Ocidente teve bastante sucesso. Sua assimilação foi bastante rápida. É preciso salientar um fato muito importante: àquela altura já existia no Japão condições fundamentais, criadas na época anterior, para a assimilação da tecnologia ocidental. Por exemplo, o elevado e abrangente padrão educacional; o setor de transporte e economia, os recursos humanos nos serviços públicos.

Assim, o Japão começou a progredir em termos de tecnologia econômica. A ciência e tecnologia do Japão já tinha alcançado níveis próximos aos ocidentais na década de 30. Antes da Segunda Guerra Mundial, em setores como aviação e construção naval, a tecnologia do Japão já estava igualada às demais. Não sei se algum de V. Ex^{as} já ouviu falar nos

aviões Caça 0100, Couraçado, etc., máquinas usadas na Segunda Guerra Mundial, com tecnologia igualada à ocidental, ou até superior.

Como V. Ex^{sa} sabem, houve a Segunda Guerra Mundial. Ela representou uma virada abrupta para a história do Japão. Fala-se a página 2, nº 5, em usar tecnologia para criar uma nação com forças armadas fortes, usar tecnologia para enriquecer a vida do povo. Com a derrota na Segunda Guerra Mundial, no Japão, todos os sistemas políticos, econômicos e sociais foram alterados pela força aliada, e naturalmente, no campo da ciência e tecnologia. Até o final da Segunda Guerra Mundial, no Japão, todos os esforços das pesquisas, quer em termos financeiros, quer em termos de recursos humanos, tinham sido concentrados na área militar, mas após a Guerra esses esforços foram transferidos para a área civil.

Dizem, por exemplo, que essa tecnologia desenvolvida durante a Guerra, ou até o final da Segunda Guerra Mundial, tornou-se uma certa base para se inventar, por exemplo, o rádio, a televisão, a máquina fotográfica, relógios e até automóveis; e também dizem que — isso talvez V. Ex^{sa} tenham ouvido falar — a invenção do trem-bala, que atualmente no Japão é um meio de transporte dos mais importantes, também se deve, de certa forma, a essa tecnologia militar que foi desenvolvida até o final da Segunda Guerra Mundial.

Após a Segunda Guerra Mundial, o Japão mudou drasticamente, e aqui, no item nº 6, dividimos em quatro fases o desenvolvimento tecnológico pós-guerra.

Os dez anos logo após a Segunda Guerra Mundial foram dedicados à reconstrução da estrutura e à obtenção de tecnologia do exterior. Podemos considerar que foi o ressurgimento da Restauração Meiji e logo na segunda etapa, por volta de 1956, se iniciou a fase de consolidação da estrutura e do movimento em direção à pesquisa independente. Em 1964, foi realizada, como primeira olimpíada da Ásia, a Olimpíada de Tóquio. Esse evento marcou, simbolicamente, a recuperação plena da economia japonesa, e nessa segunda fase, já com o Japão como potência econômica, está-se quase alcançando o nível do Ocidente.

Na terceira fase, podemos dizer que realmente o Japão, se não me engano, em termos de índices econômicos, ultrapassou a Alemanha, a segunda maior potência no mundo livre. Em 1973, quando da primeira crise do petróleo, o Japão gozava da euforia da economia, principalmente na área da indústria pesada, por exemplo na da siderurgia, na da petroquímica e na da inovação na área de ciência e tecnologia. Mas, como V. Ex^{sa} sabem, em 1973 ocorreu a primeira crise do petróleo e como o Japão importa mais de 90% da sua energia, ele teve que mudar o seu rumo para o de uma economia que gastasse menos energia.

Entrando na quarta fase, após essa primeira crise do petróleo, vamos verificar que os esforços de pesquisa começam a ser mais concentrados, por exemplo, na miniaturização de produtos, e nesse rumo em semi-condutores, circuitos integrados em larga escala e outros vários produtos e invenções tecnológicas, que começaram, realmente, a partir dessa quarta fase.

Agora estamos, em consequência dessa quarta fase, procurando sempre novos horizontes da ciência e da tecnologia.

Assim, Senhores, fiz esse rápido percurso histórico, desde Meiji até o momento atual.

Agora gostaria de entrar mais no aspecto geral da característica japonesa nesse campo.

No Japão existem três entidades que se dedicam à pesquisa científica e tecnológica: o Governo, as universidades

e o setor privado. O gasto total na pesquisa e desenvolvimento da ciência e da tecnologia, em 1988, foi de 76,2 bilhões de dólares, cerca de 2,62% do Produto Nacional Bruto. Esse número é o segundo maior do mundo, sendo o primeiro o dos Estados Unidos, que é de mais de 120 bilhões de dólares.

O número total de pesquisadores em 1989 era de 462 mil pessoas, sendo também o segundo número em pesquisadores no mundo, ficando o primeiro lugar com os Estados Unidos, com cerca de 800 mil pessoas.

Agora quero falar que uma das características mais nítidas dessa área no Japão, que é a dependência comparativamente maior do setor privado. E aqui temos alguns índices para exemplificar: somente 20% da despesa total foi financiada ou paga pelo setor governamental, em 1988. Nos Estados Unidos, por exemplo, 46%; Alemanha — neste caso a Alemanha Ocidental, na época — 37%; na França, 51%; Grã-Bretanha 39%.

O maior número de pesquisadores, mais de 60%, pertence ao setor privado. Por consequência, há maior dependência do setor privado, o maior esforço na área de pesquisa é atribuído ao setor civil, ou utilidade civil, e à área de aplicação e desenvolvimento.

Naturalmente, as empresas se esforçaram para alcançar o mais rapidamente possível o nível ocidental. Então o esforço maior foi mais destinado à área de aplicação e desenvolvimento do que às de pesquisas básicas.

Os gastos atuais na área de pesquisas básicas são de cerca de 13%. Em relação a outros países, a área de pesquisas do Japão está no mesmo nível. Mas na área de aplicação e desenvolvimento ele está em nível bem maior do que outros países ocidentais.

Gostaria de dizer também a V. Ex^{sa} que do orçamento governamental destinado à área de ciência e tecnologia, cerca de 5%, no Japão, é destinado à área militar, ao setor da defesa. Nos Estados Unidos, mais de 50% do orçamento, em 1991, foi destinado ao Pentágono, portanto, à área militar.

Em relação aos Estados Unidos, o Japão tem o seu esforço mais concentrado na área civil. Claro que essa distribuição de esforços não é só na área fiscal, mas na dos recursos humanos. Portanto, os melhores engenheiros ou técnicos, no caso dos Estados Unidos, talvez estejam mais concentrados, por exemplo, na área militar ou na espacial, mas no caso do Japão, os melhores engenheiros, técnicos, pesquisadores estão concentrados na área civil.

Agora quero falar com mais detalhes sobre as atividades do setor governamental.

No Japão existe o Conselho da Ciência e Tecnologia como órgão supremo de deliberação da política científica e tecnológica.

Esse Conselho foi fundado em 1959 e funciona como órgão consultor do Primeiro-Ministro, tendo como objetivo traçar a política e tecnologia global ou básica e, ao mesmo tempo, estabelecer objetivos a médio ou longo prazos nessa área. Ele apresenta as suas recomendações ao Primeiro-Ministro. Seguindo uma das recomendações desse Conselho, o governo japonês, em 1986, aprovou diretrizes gerais para a política de ciência e tecnologia. Essas diretrizes têm três pilares, ou pontos básicos: primeiro, fomentar a ciência e tecnologia criativas; segundo, desenvolver a ciência e a tecnologia, tendo em vista a contribuição internacional; terceiro, a harmonia entre a ciência, a tecnologia, o ser humano e a sociedade.

Portanto, como generalidade, posso dizer que, atualmente, o Japão está promovendo pesquisas seguindo essas diretri-

zes. Mas, de fato, os trabalhos de pesquisa concretos estão sendo feitos por cada ministério. Aquio está escrito agência, mas de fato, podemos considerar Ministério de Ciência e Tecnologia. Funciona como um órgão culminador entre todos os ministérios para as pesquisas científicas e tecnológicas e o ministério da execução promove as pesquisas através das universidades. O Ministério da Saúde e Bem-Estar faz pesquisas ligadas à medicina, à farmacêutica, assim como o fez o Ministério da Agricultura, também por exemplo, em Biotecnologia. Um dos ministérios mais importantes é o do Comércio Internacional que abrange praticamente todos os setores da indústria. Até, por exemplo, agências de polícia fazem pesquisas para investigação científica. De fato, no Japão, exceto realmente Ministério dos Negócios Estrangeiros, que realmente não tem nenhuma verba para pesquisas, praticamente todos os ministérios possuem orçamentos próprios para promover outras pesquisas dentro de suas áreas. O orçamento governamental, destinado à pesquisa, ocupava 3%, em 1989, cerca de 1,4 bilhões de dólares. Essa porcenta bem é relativamente menor em relação a outros países, como por exemplo, França, 6,3%, Estados Unidos, 5,3%, Alemanha, 4,0%. Assim mostra, outra vez, que a dependência maior na área de pesquisa do Japão fica no setor privado. E o setor governamental, o que faz concretamente nas áreas de pesquisa? Nas áreas encarregadas da parte governamental, o setor privado não pode promover pesquisas, por serem áreas de grandes escalas ou, ainda, áreas fundamentais. Digamos, ainda não existe nenhuma perspectiva, a médio e a longo prazos, de aplicação ou de desenvolvimento. Em termos gerais, há algumas áreas abrangentes, como, por exemplo, energia. Aqui, inclusive, energia nuclear, exploração oceânica e materiais novos como o supercondutor é, hoje em dia, um dos termos mais famosos; e ciência de vida, o que inclui engenharia genética ou biotecnologia, e algumas técnicas, digamos, contra doenças como o câncer, a AIDS; etc. E, ultimamente, uma das áreas mais importantes é o meio ambiente. Essa ciência ambiental também vai ser um dos momentos principais da área governamental.

Agora, posso passar para o setor privado. Como já expliquei rapidamente, no Japão, esses esforços feitos na área privada para pesquisas têm sido muito concentrado. E esse fato contribuiu bastante para o desenvolvimento econômico. Aqui diz, por exemplo, o setor privado paga cerca de 80% de despesa e emprega mais de 60% dos pesquisadores. Agora, como tendência dentro do setor privado, esses esforços para pesquisas estão sendo cada vez mais altos ou maiores. Antigamente as empresas concentravam seus esforços gerenciais para alargar o processo de produção, quer dizer, alargar a produção em si. No entanto, agora, a atividade empresarial mudou, o seu rumo, no sentido de procurar a criação de alto valor adicional, digamos, mais qualidade do que quantidade. Então, hoje em dia, conforme estatística, mais de 70% das empresas grandes apontam, como primeira prioridade dentro do investimento, essas pesquisas. Antigamente, investiam mais no estabelecimento, no equipamento para a produção, etc. Agora, dentro da área privada quem gasta mais, ou se esforça mais para a pesquisa, mais de 90% é a indústria manufatureira, dentro da qual 34% indústria elétrica, 17% indústria química e 15% indústria de máquinas e de transporte. O governo também desempenha um papel importante para incentivar as pesquisas na área privada. Aqui diz que o Governo proporciona vários incentivos no campo de tributação ou de crédito.

Existem várias modalidades para incentivar pesquisa no setor privado. Agora, quero apresentar como um modelo, a forma como o Governo japonês desenvolve uma certa área de tecnologia. Primeiro, existe uma necessidade social, uma missão social ou um objetivo social; por exemplo, consumir menor energia, como uma meta da sociedade. Se já houver uma pesquisa desenvolvida por alguma empresa, algum instituto, o governo proporciona incentivos fiscais ou financeiros diretamente para essa empresa que já está trabalhando nesse ramo. E, depois, claro, essa empresa vai desenvolver novas tecnologias. No entanto, se não existir nenhuma pesquisa em relação a essa meta social, então o governo, primeiramente, cria um tipo de pesquisa conjunta com empresas e outros institutos ou laboratórios. Inicialmente, promove uma pesquisa, e quando chega a ter um nível ou uma semente, então o governo concede patentes para cada empresa participante e manda desenvolver essa tecnologia ou semente por essas empresas. E dessa vez, o governo investe com incentivos diretamente para essas empresas que agora começam a fazer o trabalho de pesquisa, mas do lado da demanda, ou seja, mais do lado do consumidor para facilitar a compra desses novos produtos. Assim, é simplesmente um modelo que o Governo do Japão tem adotado quando aparece uma missão, ou quando quer criar uma área nova de tecnologia.

Antes de terminar, gostaria de me referir um pouco às tarefas para o futuro. Assim, posso concluir que o desenvolvimento científico e tecnológico do Japão tem como força motriz o setor privado. Conseqüentemente, como já expliquei, o esforço maior foi posto no setor civil. Tal fato, também ajudou bastante na política de democratização após a Guerra. E esses fatos contribuíram enormemente para o desenvolvimento e estabilização da economia do País, como o Japão. E, no entanto, daqui por diante, tendo em consideração esta mudança radical no cenário internacional, o Japão tem feito pesquisas ou técnicas de política tecnológica, levando em consideração todas as metas que estão inseridas nas diretrizes que já expliquei, sendo em primeiro lugar, a promoção de pesquisas básicas e criativas.

Essas pesquisas básicas naturalmente são indispensáveis para abrirem novos horizontes para a ciência e tecnologia. E, atualmente, temos cerca de 13%, digamos, o esforço destinado para essa área, mas, como tendência principalmente a área governamental, esforçando para aumentar esta área de pesquisas básicas.

Como segundo ponto temos a convenção internacional. O Japão já havia iniciado essa convenção internacional, mas, através do ODA, quer dizer, assistência oficial do desenvolvimento, principalmente em reação aos países em desenvolvimento.

Mas, agora, as áreas de pesquisas científicas estão, cada vez mais, abrangentes ou digamos sem fronteiras.

Então, para o futuro, essa necessidade será maior, como por exemplo, pesquisa conjunta com outros países, e intercâmbio de informação científica e tecnológica, e também de pesquisadores.

Este tipo de cooperação também tem que ser promovida primeiramente pelo Governo, porque existem um limite nessa área e podemos contar com áreas privadas.

E, por último, é a harmonia entre a ciência, tecnologia, o ser humano e a tecnologia ambiental.

Todos sabemos que proteção ambiental hoje é um dos temas mais importantes, que nos foi imposto.

Sem dúvida, o papel a ser desempenhado é o de pesquisas na área de ciência e tecnologia e é fundamental para superarmos essa tarefa difícil para todos nós.

Trouxe um filme, de cerca de 30 minutos, que mostra a ciência avançada no Japão em suas áreas mais concretas.

Esses tipos de perguntas serão resolvidas com esse filme.

E depois, dentro do possível, se sobrar tempo, poderemos responder às demais perguntas. Muito obrigado. (Palmas.)

Projeção do filme.

O SR. PRESIDENTE (Francisco Rollemberg) — A exposição que V. S^a fez, nesta tarde, para o desenvolvimento dos trabalhos de nossa Comissão, ilustrou muito bem com o filme que trouxe, onde nos foi dada a oportunidade de observar o que é importante, o que há de mais atual, mais específico na área de pesquisa que seu país está a fazer.

Dr. Jiro Maruhaski, dois Srs. Deputados se inscreveram para fazer algumas perguntas.

Passo a palavra ao Deputado Ariosto Holanda para que faça as perguntas que julgar conveniente.

O SR. ARIOSTO HOLANDA — Sr. Presidente, realmente, quando se tem oportunidade de ver esse filme é que indentificamos que o nosso atraso tecnológico é muito grande. E, essa comissão, essa CPI, procura exatamente investigar as causas desse atraso tecnológico.

Agora, a minha concepção, identifico que a raiz do atraso está na educação, e o expositor colocou, logo no início, muito bem quando procura abordar os aspectos históricos.

No item três, ele diz: no Japão já existiu condições fundamentais, que possibilitavam a assimilação da tecnologia ocidental.

E destaca o elevado e abrangente padrão educacional.

Gostaria que o depoente procurasse nessa comissão, pelo menos, esclarecer alguns pontos que, para nós, é fundamental: a educação no Japão, porque entendemos que desenvolvimento tecnológico tem por base a educação básica, a educação técnica do nível médio, a universidade e depois vem a pesquisa e o desenvolvimento tecnológico.

Na educação, vemos que, na área da pesquisa e do desenvolvimento tecnológico, 80% a responsabilidade é do setor privado. Eu gostaria de saber: na área da educação, o que é responsabilidade do Estado, do Governo japonês? Isso em todos os níveis, desde a formação básica até a universidade; ou melhor: existe algum grau ou índice de analfabetismo no Japão?

Segundo: as escolas técnicas são mantidas por quem? E a universidade é paga?

Outro ponto que anotei foi o problema da pesquisa aplicada, e me parece que o expositor coloca que o peso maior, pelo menos de recursos, ao que entendi, é na pesquisa aplicada e desenvolvimento. Pergunto: o Japão se apóia na pesquisa básica de outros países para avançar? Por exemplo, se os Estados Unidos avançaram muito na pesquisa básica, em determinados segmentos, se a Alemanha... O Japão procura ganhar tempo, a partir daquela pesquisa básica que já foi desenvolvida em outros países, ele parte logo para pesquisas aplicadas; quer dizer, esse meu raciocínio está correto?

Como é que funciona a cooperação técnica do Japão com outros países? Parece-me que já um organismo de nome Jica, se não me engano, que cuida disso. Qual é a experiência da cooperação técnica japonesa com o Governo brasileiro? Se realmente tem resultado e algum êxito; se existe a contra-

partida do Governo brasileiro; se o Governo brasileiro não está inadimplente com essa contrapartida.

Vimos também o avanço da robotização. Pergunto: esse avanço tem implicado em desemprego para o País, já que o robô tende a substituir a mão-de-obra, ou se o robô entra para deslocar a mão-de-obra para ações mais nobres?

E, finalmente, como curiosidade, qual é o salário médio de um pesquisador japonês? V. S^a pode responder isso?

Eram essas as colocações, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mário Covas) — Tem a palavra o Sr. Jiro Maruhaski.

O SR. JIRO MARUHASKI — Obrigado, Sr. Deputado.

Primeiro, quanto ao sistema educacional japonês, posso explicar assim, como generalidade, que temos o sistema, nos primeiros seis anos, da escola primária; logo em seguida, três anos de escola secundária. Portanto, o total dá nove anos de Educação obrigatória ou compulsória. E, praticamente, até os primeiros nove anos são pagos, desde que freqüente a escola pública, quer municipal, quer estadual — algumas escolas são nacionais — a anuidade é paga pela organização pública, somente cada um paga uma taxa modesta para adquirir livros didáticos que interessam a outras atividades. Depois são três anos de 2º Grau; e depois vem o curso superior e universitário.

Em geral, depende do curso, a maioria dos cursos duram quatro anos. Somente Medicina dura seis anos. Hoje em dia, praticamente, podemos considerar que 100% permanece no curso obrigatório. Portanto, nove anos de escola obrigatória. E também para o 2º grau. Portanto, o nível pré-universitário, hoje em dia, entra em cerca de mais de 90%. Então, como cidadão comum, posso dizer que hoje quase 100% termina o curso até, pelo menos, pré-universitário. E atualmente cerca de perto de 40% dos alunos do pré-universitário entram nas universidades.

No Japão, quanto ao curso universitário, realmente existe, em termos de número, imensas universidades e existem universidades nacionais. No caso do Brasil, coincide com as universidades federais. Hoje em dia, está aumentando esse número de universidades. Não sei dizer exatamente o número, mas um pouco menos de 100 universidades nacionais. E essas universidades nacionais, naturalmente, como aqui no Brasil, cobram anuidades. Mas, em relação a outras universidades privadas, essa anuidade é bem menor. Antigamente, por simples razão econômica, muitos procuravam universidades nacionais. Entrar, conseqüentemente, nas universidades nacionais, em termos de concorrência, era mais rigoroso do que entrar em universidades privadas. Naturalmente existem universidades famosas, particulares, em nível também alto e igualado com a Universidade de Tóquio, além de outras universidades nacionais que são famosas. Mas, em termos gerais, o povo tem mais tendência de procurar as universidades nacionais pela simples razão de serem mais econômicas.

O Deputado falou também sobre o alfabetismo, que no Japão, hoje em dia, como expliquei, é 100%. Todos terminam o curso pré-universitário. De fato, não existem, posso afirmar que não existem, analfabetos no Japão.

O SR. ARIOSTO HOLANDA — O ensino oficial é pago? O ensino das escolas públicas é pago?

O SR. JIRO MARUASHKI — O ensino primário e secundário somam nove anos de Educação compulsória, obrigatória. E a anuidade é paga pelo Estado. Portanto, para cada

aluno, basta pagar uma taxa modesta para adquirir os livros didáticos etc... No caso do curso pré-universitário, bem como o universitário, cada um tem que pagar, incluindo a anuidade e outras despesas. Mas, em relação a outras universidades ou escolas privadas, essa taxa ou anuidade é bem menor, muito mais barata do que o privado.

O SR. ARIOSTO HOLANDA — E na área do ensino técnico de nível médio, existem escolas técnicas de nível médio?

O SR. JIRO MARUASHKI — Portanto, até o nono ano, nesse período de Educação compulsória, cada um segue o mesmo caminho. É praticamente tudo igual. Mas, a partir do décimo ano escolar, quem quiser especializar-se numa área determinada profissional, por exemplo, Engenharia, Agricultura, ou nas várias escolas técnicas, ou dentro desse nível universitário, encontrará vários cursos técnicos. Mas hoje em dia, como já expliquei, há mais ou menos 40% de alunos que pretendem entrar na universidade. A tendência atual está, mais ou menos estagnada. Quer dizer, antigamente esse entusiasmo de entrar na universidade era até maior. Mas, hoje em dia a concepção do povo começou a ser mais diversificada. Então, nem toda gente pensa que entrar na universidade é importante, mais do que isso, adquirir uma tecnologia mais útil. Hoje em dia, essas áreas ocupam um lugar muito importante nas escolas profissionais ou técnicas.

Além das escolas que ficam dentro do esquema educacional oficial do Japão, existem outros institutos com escolas de idiomas, de computador, informática, vários cursos. Além de frequentar a escola oficial muitos professores universitários ou até adultos que além de terem emprego frequentam esse tipo de institutos para adquirir novas tecnologias ou conhecimentos.

O SR. ARIOSTO HOLANDA — V. S^a tem algum dado do investimento do Japão na educação, em termos de porcentagem do seu orçamento?

O SR. JIRO MARUHASKI — São cerca de 8 a 9% do orçamento total, no ano de 1989.

Em comparação com outros países, principalmente com o Brasil, bem como o Sr. Senador se referiu ao nome de Jica, que é de Japan International cooperation, encarregado da área técnica. O governo japonês, através dessa Jica, foi incumbido da cooperação técnica em relação a outros países, principalmente em desenvolvimento. Quanto ao Brasil, infelizmente não ou o encarregado dessa área, portanto não posso falar concretamente, mas dentro da América Latina o Brasil é o país mais privilegiado no sentido de receptor da cooperação técnica. Existem vários projetos, praticamente em todo o Brasil, ligados mais à Medicina, e também intercâmbios de peritos. Por exemplo, a Jica envia vários peritos ao Brasil em vários campos, e também aceita bolsistas brasileiros de todos os setores. Infelizmente agora eu não trouxe o número exato, mas possivelmente poderemos oferecer depois o número concreto. O Brasil, dentro da América Latina, é o país que mais recebe no campo de cooperação técnica.

Sobre a robotização, existem áreas em que as pessoas se preocupam com esse processo, por causa do desemprego. No Japão as indústrias introduzem essa robotização sempre negociando com os sindicatos. Aliás, vale a pena nos referirmos um pouco ao sindicalismo no Japão, onde existem também muitas pessoas sindicalizadas. No entanto, no Japão o sindicalismo não existe numa relação entre empregados e em-

pregadores como inimigos. Eles pensam numa empresa como uma sociedade, ou até uma família para os empregados. Então, para procurar o bem de uma empresa e também dos trabalhadores. O interesse de cada um é diferente, o oposto de fato, mas sempre procuraram um ponto de consenso, fornecendo a meta da empresa. A sociedade se esforça para o entendimento mútuo. Normalmente, a empresa busca um consenso com os sindicatos, através do oferecimento de novos empregos na mesma proporção em que foram extintos os antigos, em virtude da introdução de robôs. Raramente acontece demissão no Japão por causa da racionalização de indústrias. Naturalmente já houve casos, no entanto em princípio as empresas sempre tentam procurar colocar a transferência para outra área.

A robotização no Japão ainda está surgindo, pois é um problema sério o do desemprego.

O salário médio de um pesquisador difere muito dependendo do local. Se ele pertence a uma empresa ele vai ser pago como um empregado da empresa, mas se pertencer a um instituto nacional ele fica como funcionário público. Quem trabalha na área privada, em geral, recebe mais do que quem trabalha no setor público.

O SR. PRESIDENTE (Francisco Rollemberg) — Muito obrigado.

Concedo a palavra ao nobre Deputado Diogo Namura.

O SR. DIOGO NAMURA — Sr. Presidente, Senador Francisco Rollemberg, nobre Deputada Irma Passoni, relatora, Sr. Jiro Maruhaski, Adido Cultural, Sr. Tatico Okitato, 1º Secretário da Embaixada do Japão, acreditado junto ao Governo brasileiro.

Conforme o nobre colega acaba de afirmar, todos nós que ouvimos a brilhante exposição de V. S^a chegamos à conclusão inelutável que realmente a força de uma nação como o Japão reside na educação. Todos sabemos que o Japão é um país que não se tornou civilizado de repente, já há vários milênios os japoneses tinham uma literatura própria, artes com obras de literatura, tinham um conjunto mas não à maneira ocidental mas à maneira japonesa, *sui generis*.

Com o advento da era Meiji, com a verdadeira revolução cultural, isso há mais de um século, é que com o edito imperial do Imperador Meiji que deu prioridade nacional à educação, é que se deflagrou o processo de absorção da civilização e da cultura ocidental, ao serem mandados para a Alemanha os que pretendiam estudar medicina, seguir a carreira política; e, para a Inglaterra, a França e a Itália, os que deveriam se dedicar à arte, à literatura e assim por diante. Verificamos, assim, o despertar de um país que já havia embaçado, há milênios, uma estrutura educacional muito firme.

Recordo-me das histórias do passado, de que os monges budistas diziam que bastaria um telhado para se fazer uma escola. Entendo eu acho que esse foi o fundamento para que o Japão estivesse preparado para receber os benefícios e até os malefícios da cultura de outros países.

Com o advento da era militarista, o Japão sofreu aquela influência, sendo que mais de 50 ou 60% do orçamento nacional era direcionado a equipamentos militares. E V. Ex^a acabou de expor que o Japão, hoje, destina apenas 5% na parte da defesa, em contraposição aos 50% que o Pentágono direciona para ato bélico. Inclusive, aí reside também uma grande influência, pois, como V. S^a acaba de dizer, de 8 a 9% do orçamento nacional é direcionado à educação, percentagem que se constitui, na verdade, em bilhões e bilhões de dólares,

o que não é uma quantia pequena. Nós, aqui no Brasil, também temos esse ponto fraco, que é justamente o da educação, quando o nosso professorado ganha mal, o nosso aparelhamento educacional não condiz com as necessidades nacionais. Devemos nos mirar no exemplo magnífico do Japão, onde a educação realmente é prioridade nacional, como foi feito em eras passadas naquele país.

Estive, recentemente, no Japão, integrando uma Missão Parlamentar de Senadores e Deputados, e fomos recebidos pelo Primeiro-Ministro, pelo Parlamento e todos os setores. Nessa visita, verifiquei que, com o planejamento familiar, no Japão atualmente, o usual é ter apenas um filho — dois filhos já é uma situação fora do comum — e, ao mesmo tempo, a longevidade do povo japonês, graças à medicina preventiva, está aumentando de uma maneira notável o índice de aposentados, de pessoas idosas e diminuindo, percentualmente, a massa jovem que não tem mais aquela vontade nacional do passado, pensa, sobretudo, no lazer. Isso motivou a ida ao Japão de milhares de trabalhadores, não só do Brasil como do sudeste da Ásia, para as indústrias pesadas para executarem serviços antes realizados pela juventude japonesa, só quer, hoje, um status — e eu não condeno por isso — quer viver bem, mas não quer pegar “no pesado”, como se diz aqui entre nós.

Entretanto, eu sei perfeitamente que, no passado, as escolas japonesas preocupavam-se muito com o exercício mental. Vou dar um exemplo: hoje, a juventude já não usa mais o ábaco, nem faz mais cálculo, utiliza apenas a máquina de calcular.

Pergunto ao Sr. Jiro Maruhasky: isso não é preocupante esse conjunto de fatores para o futuro de um país, que, hoje, ocupa um lugar de destaque na tecnologia mundial?

O SR. JIRO MARUHASKY — A minha opinião pessoal, como o Sr. Deputado explanou é que a situação é essa mesma. Primeiro, como japonês autêntico, existe uma certa preocupação, que não posso negar, esse traço histórico é uma história para o Japão alcançar ou, digamos, compensar esse atraso que tinha ao longo da História. De fato, pela primeira vez, o Japão alcançou, ou até, de uma certa maneira superou o nível ocidental em todos os sentidos. No momento, o povo japonês, tem-se perguntado: daqui para diante o que vamos fazer? Pois todos trabalharam bastante para alcançar o nível ocidental, que, agora, foi até ultrapassado, nesse sentido, é claro. Isso ainda é, de certa maneira, arrogante; mas de fato, de agora em diante, veremos o professor de forma diferente e não como o víamos antes, apenas como um mestre, um docente com o qual se aprendia as coisas.

Então, no Japão, política ou diplomaticamente, agora se está procurando contribuir sobre o que se pode fazer nesse caso, embora ainda não tenhamos chegado a uma resposta clara. Inclusive, o governo japonês criou várias comissões para pensar como será a vida no próximo século, em termos de diplomacia etc.

Claro que o pensamento dos jovens de hoje é completamente diferente do das gerações que tiveram a experiência da guerra e que, até agora, ocupavam essas camadas líderes. Esse é um fato crucial, mas importante; ou seja a geração de 40 ou 50 praticamente não tem a influência da II Guerra Mundial, o que nos obriga a criar ou a descobrir um novo caminho.

Felizmente, existe uma certa confiança na nossa história, ao longo da qual o Japão conseguiu os seus frutos, que nos faz crer que conseguiremos descobrir um novo caminho.

O SR. PRESIDENTE (Francisco Rollemberg) — Concedo a palavra à Deputada Irma Passoni, Relatora da Comissão.

A SRA. RELATORA (Irma Passoni) — Primeiro, eu gostaria de deixar registrado o meu agradecimento à Embaixada do Japão, porque tivemos dificuldades de entrar em contato com outras embaixadas. A que se prontificou a ajudar-nos foi a Embaixada do Japão. Queria deixar registrado isso, porque percebemos que, apesar do seu nível adiantadíssimo de desenvolvimento científico e tecnológico, existe uma humildade de intercâmbio e de contribuição conosco.

Gostaria de agradecer de modo especial aos Drs. Jiro Maruhaski e Takeu Irata, pelas suas contribuições. Gostei muito das suas explanações por constatar essa visão do uso da tecnologia para criar uma nação com forças armadas fortalecidas para o emprego da tecnologia no enriquecimento da vida do povo. Senti pelo filme e pelas suas colocações que o desenvolvimento científico e tecnológico sempre tem o objetivo prático de solucionar problemas vivenciais e desafios humanos da sociedade.

Outro ponto a ser ressaltado é que não se faz tudo ao mesmo tempo. V. S.^a diz que há etapas a serem seguidas: a reconstrução da estrutura, a sua consolidação, o movimento de interação da pesquisa, a inovação e a criatividade tecnológica. A meu ver essas etapas são muito importantes, pois há um sistema organizado, há um projeto.

Depois, percebi que há uma harmonia entre Governo, setor empresarial e universidade que devem ser integradas e funcionar ao mesmo tempo.

Outra questão importante que gostaria de deixar registrada, é que, no item 3.1, V. S.^a disse que, quanto à ciência e à tecnologia no Japão, há um Conselho em nível de Primeiro-Ministro.

Se, por um lado, os outros Deputados ressaltaram que a questão da educação é prioridade, resalto que, no Japão, a questão da ciência e tecnologia é de primeira grandeza, é prioritária.

Volto a dizer que tivemos muita dificuldade de tentar chamar o desenvolvimento na área de informática ou do Conselho em nível de Ministério e não conseguimos.

Há uma decisão política no Japão de se fazer ciência e tecnologia. É fundamental deixar isso registrado.

Enfatizo o registro quanto à questão da criatividade, da ciência e tecnologia e o ser humano e a sociedade. Se aprendermos essa harmonia, poderemos dar um salto.

V. S.^a não teve dificuldade em dizer quais as grandes novidades e onde, na verdade estão investindo hoje: os novos materiais, a biotecnologia, a ciência ambiental. É necessário deixarmos registrado isso. Ou o Brasil investe na ciência ambiental, ou não vamos dar resposta, via Ibama, via institutos de meio ambiente etc, se não tivermos essa ciência ambiental. Sinto que a questão da ciência ambiental vai ser uma das grandes novidades em nível mundial.

Agora pergunto: V. S.^{as} têm no Parlamento o interesse e o apoio para o desenvolvimento científico e tecnológico? Aqui temos muitas dificuldades nesse sentido, como se poderá perceber. Como o Parlamento contribui para o desenvolvimento científico e tecnológico? Isso é prioridade para o Parlamento?

V. S.^{as} teriam disponibilidade de passar esses filmes nas universidades e em escolas? A embaixada talvez através de consulados, poderia fazer isso?

O Japão tem investido diretamente em alguns países do chamado *ien block*, como Tailândia, Malásia, Cingapura, Indonésia e mesmo em Hong Kong. Qual tem sido o objetivo desses investimentos? Há algum setor específico?

O SR. JIRO MARUHASKI — Investimento no sentido geral?

A SRA. RELATORA (Irma Passoni) — Investimento no sentido geral. Por que há esse intercâmbio? Há um setor específico em que V. S^a investem? Como é processado o intercâmbio entre o Japão e esses países?

O Japão, como todo o mundo, deve estar muito preocupado com o fechamento do Mercado Comum Europeu. Como o Japão está reagindo a esse fechamento aos produtos japoneses? E penso que a dificuldade não é apenas quanto aos produtos japoneses. Parece-me que há dificuldades de pesquisadores japoneses fazerem estágios, estudarem em outros países. Então, como o Japão está reagindo diante dessa situação? Há possibilidade de a indústria japonesa fazer *joint venture* entre o Japão e a Comunidade Européia? Em que setores? Qual a posição do Japão perante o reconhecimento ou adoção de patentes internacionais?

Basicamente são essas as minhas perguntas.

Quero, mais uma vez, deixar registrado o meu agradecimento a V. S^a pela contribuição, que vai auxiliar muito no nosso trabalho de relatoria. Tenho certeza de que isso, será útil a toda a Casa e à sociedade brasileira.

O SR. JIRO MARUHASKI — Antes de responder às perguntas da Deputada Irma Passoni, gostaria de passar a palavra ao meu colega, que talvez seja a pessoa mais indicada para responder. Infelizmente, como chegamos há pouco ao Brasil, não falamos português. Então, preciso de um pouco de tempo para organizar as nossas respostas.

No Parlamento japonês existe o sistema bicameral, como no Brasil. Temos a Câmara dos Deputados e a Câmara dos Conselheiros. Esta última corresponde ao Senado, e a outra à Câmara dos Deputados do Brasil.

Dentro do Parlamento japonês há várias comissões dentre as quais a Comissão de Ciência e Tecnologia que funciona oficialmente.

Talvez seja interessante salientar que hoje em dia, entre os Deputados, existem vários grupos de estudos não oficiais, ou seja, grupos de estudo particulares ou voluntários. Quer dizer, os interessados numa área determinada formam grupos e promovem estudos. Pelo que sabemos, no Japão atualmente existe um grupo de estudo para tecnologia avançada. Não sei precisar o número de Deputados interessados. Há no Parlamento, grupos particulares que estudam várias áreas da tecnologia ou da ciência. Naturalmente, quando cada Ministério obtiver o orçamento, a verba, esses grupos apoiarão bastante cada Ministério, especialmente no caso deste ou de outros que se dedicam à pesquisas científicas e tecnológicas.

Portanto, em função disso, eles trabalham bastante. Ninguém é um bastidor. Bastidor é aquele que obtém verba para um projeto "X".

Quanto à disponibilidade de cinema, no Brasil, o Japão possui, além da embaixada em Brasília, sete consulados gerais: em Manaus, em Belém, em Recife, no Rio de Janeiro, em São Paulo, em Curitiba e Porto Alegre.

Portanto todos consulados têm uma filмотeca. Então sempre que houver solicitação, estamos à disposição para emprestar filmes a qualquer escola, instituto, qualquer organização, qualquer grupo.

Quanto, portanto, ao investimento japonês nas áreas asiáticas, eu queria primeiro contar uma pequena história.

Como a Sr^a falou, existe também uma etapa para esse investimento. Primeiro na área de indústria ligeira, concretamente a indústria de tecido ou fiação, e depois siderurgia, eletrodomésticos, automóveis ou semicondutores, esses com tecnologia avançada, esse investimento foi promovido com mais força há cerca de cinco anos, quando a cotação do iene subiu bastante. Na época valia 250 ienes por um dólar e depois subitamente passou para 120. Portanto, ficou na metade.

Então, naturalmente por causa da mão-de-obra, esse custo ficou, dentro do Japão, mais caro, e produzir fora do Japão tornou-se mais barato.

E, claro, os países asiáticos são economias mais perto do Japão e muitas empresas investem nesses países para fabricar os produtos com um custo menor.

Esse talvez seja o objetivo principal.

Em alguns países, por exemplo, como a Malásia e a Tailândia, os Governos estão aplicando uma política de incentivar o investimento estrangeiro.

Então, as empresas japonesas concentram-se nesses países que estão apresentando incentivos para atrair investimentos do capital estrangeiro.

E, claro, para os países que não têm adotado essas políticas, as empresas evitam ir.

Com relação ao Mercado Comum, que será instalado no ano que vem, a nível empresarial, há alguns anos, já começaram investimentos diretos para muitos países europeus, principalmente os membros da CEE.

Por exemplo, com relação ao automóvel, na Grã-Bretanha, a Nissan investiu bastante, como também na França, Espanha e Portugal, onde saiu relativamente mais barato em relação a outros países.

Então, hoje em dia várias empresas japonesas já investiram.

Também, como o Sr. perguntou sobre *joint ventures*, empresa mista com o CEE, isso já existe no campo automobilístico e no de peças para automóveis. Existem várias áreas em que as empresas japonesas já estão investindo.

Quanto ao nível governamental, repetidamente estamos solicitando que o Mercado Comum não seja como aquela fortaleza que fecha as suas portas ao investimento estrangeiro.

Quanto à última pergunta, sobre patentes internacionais, se o inventar, por exemplo, de uma tecnologia "X" inventada nos Estados Unidos, fizer a solicitação de patente no Japão, vai ser concedida.

Portanto, o Japão, também, aprova patentes de outros países.

A SRA. RELATORA (Irma Passoni) — Se tivesse havido patentes em todos os setores, teria sido possível fazer o desenvolvimento tecnológico no Japão? Se houvessem sido fechadas e registradas todas as patentes, o Japão teria podido fazer esse desenvolvimento tecnológico?

O SR. JIRO MARUHASKI — Se outros países tivessem fechado essas patentes?

Essa pergunta é um pouco difícil de responder, mas podemos dizer que hoje em dia, de fato, embora entenda sua hipótese, essas atividades empresariais são praticamente sem fronteiras. Quer dizer, muitas empresas, especialmente americanas, européias e até japonesas, funcionam multinacionalmente.

Então seria muito difícil, de fato, que uma patente ou direitos autorais que agora estão em discussão fosse fechada no país de origem. Se acontecer isso, não será benéfico para o desenvolvimento como um todo, globalmente.

A SRA. RELATORA (Irma Passoni) — Seria, na prática, um grande empecilho à criatividade, que seria base do conhecimento para depois desenvolver.

O SR. JIRO MARUHASKI — Só mais um assunto: hoje em dia raramente existe um produto que é fabricado somente por uma patente ou somente por um país.

Hoje em dia a maioria dos produtos, dentro dos quais incluídas patentes do Japão, Estados Unidos, Europa, estão todos misturados. Então, de fato, não seria realístico pensar que a patente limita-se somente a um país ou a um mundo determinado.

A SRA. RELATORA (Irma Passoni) — O Japão faz a patente dos seus produtos, ou não, atualmente?

O SR. JIRO MARUHASKI — Registra.

O SR. PRESIDENTE (Francisco Rollemberg) — Dr. Jiro Maruhaski, Dr. Takeu Irata, esta Comissão agradece a presença dos Srs. nesta tarde e lhes assegura que foi de uma utilidade imensa para o atendimento àquilo que ela foi proposta, que era analisar o problema do atraso no desenvolvimento da ciência e tecnologia, no Brasil.

V. S^{as} trouxeram a sua história, a sua experiência, o seu momento atual e isso foi muito útil, uma lição de ciência, uma lição de tecnologia, uma lição de história, uma lição de perseverança, de obstinação e de crença no futuro da humanidade.

Esta Comissão pede aos Srs. que transmitam ao Sr. Embaixador do Japão os nossos agradecimentos. ..

Muito obrigado. (Palmas.)

Está encerrada a reunião.

(Levanta-se a reunião às 16 horas e 34 minutos.)

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

PREÇO DE ASSINATURA

(Inclusas as despesas de correio via terrestre)

SEÇÃO I (Câmara dos Deputados)

Semestral Cr\$ 70.000,00 até 31-3-92

SEÇÃO II (Senado Federal)

Semestral Cr\$ 70.000,00 até 31-3-92

Número avulso Cr\$ 500,00 até 31-3-92

Os pedidos devem ser acompanhados de cheque pagável em Brasília, Nota de Empenho ou Ordem de Pagamento pela Caixa Econômica Federal - Agência - PAB-CEGRAF, conta corrente nº 920001-2, a favor do

CENTRO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL

Praça dos Três Poderes - Brasília - DF

CEP: 70160

Maiores informações pelos telefones (061) 311-3738 e 311-3728 na Supervisão de Assinaturas e Distribuição de Publicações - Coordenação de Atendimento ao Usuário.

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

PREÇO DE ASSINATURA

(Indicar se deseja em dinheiro ou cheque)

SEÇÃO I (Cobrança em Dinheiro)

Assinatura R\$ (R\$ 100,00)

SEÇÃO II (Cobrança em Cheque)

Centro Gráfico do Senado Federal

Caixa Postal 07/1203

Brasília — DF

Assinatura R\$ (R\$ 100,00)

Assinatura R\$ (R\$ 100,00)

Os pedidos devem ser acompanhados de cheque pago
em dinheiro, ou de depósito em nome de pagamento
para Caixa Econômica Federal - Agência - FAS-CEG-45, sob
o número nº 910001-1, a favor do

CENTRO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL

Brasília - DF

CEG - 45

Para mais informações sobre o Diário do Congresso Nacional

em português de Portugal e em inglês de Portugal - Lisboa

EDIÇÃO DE HOJE: 24 PÁGINAS